



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL**

**RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES**

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>
Comarca/Juízo: Redenção: 1º Ofício de Tabelionato de Notas e Protestos de Redenção.
Polo/Região Judiciária:
Magistrado(a) corrigente: LUCIO BARRETO GUERREIRO

<b>EDITAL DE CORREIÇÃO</b>
Data da publicação: 23/02/2024
Data da abertura da correição: 14 de março de 2024
Data do encerramento da correição: 14 de março de 2024
Observações:

<b>DADOS GERAIS DA SERVENTIA</b>	
Nome oficial da serventia: 1º OFÍCIO DE TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE REDENÇÃO	
Código Nacional da Serventia (CNS): 13.330-5	CNPJ: 10.329.051/0001-15
Endereço: AVENIDA BRASIL - Nº 2454 - NÚCLEO URBANO	
Telefone fixo: (94) 3491-0871/(94)99188-8917	Celular: (94) 99118-9091 / (94) 99173-9091
e-mail: cartorio2redencao@bol.com.br	Celular Plantão (RCPN):
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tabelionato de Notas <input checked="" type="checkbox"/> Tabelionato de Protesto <input type="checkbox"/> Registro de Imóveis <input type="checkbox"/> Registro de Títulos e Documentos	<input type="checkbox"/> Registro Civil das Pessoas Naturais <input type="checkbox"/> Registro Civil das Pessoas Jurídicas <input type="checkbox"/> Registro de Distribuição

**DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)</b>	
<b><u>Nome do(a) Responsável pelo Cartório: MARCUS VINICIUS PINTO SANTOS</u></b>	
Status do(a) responsável: <input checked="" type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Interino(a) <input type="checkbox"/> Interventor(a)	CPF: 039.129.416-45
Endereço: Rua Jeremias Lunardelli, nº 42 - Centro	Ato de nomeação: 08/07/2008 Data da posse / exercício: 22/08/2008
Telefones: (94)99300-5991	E-mail: cartorio2redencao@bol.com.br



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL</b>	
<input type="checkbox"/> Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
Nome do(a) Substituto(a) Legal: CUSTÓDIO SANTOS CARVALHO	
CPF: 657.382.415-68	Portaria de designação: a designação foi feita por ofício, endereçado à juíza da Comarca que o Vistou. <b>Cópia via PDF</b>
Endereço: Rua Otamiro Sidrão de Oliveira, nº 11A Quadra 18 - Park dos Buritis I	Telefones: (94)99188-8917 E-mail: custodio05@hotmail.com
<b>1</b>	A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art.24 do Código de Normas? <input checked="" type="checkbox"/> Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. <input type="checkbox"/> Irregular. Motivo:  Observações/Providência:
<b>PREPOSTOS</b>	
<input type="checkbox"/> Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
<b>2</b>	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências:
<b>3</b>	Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências:
<b>4</b>	Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências:
<b>CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO</b>	
<b>5</b>	As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispendo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências:
<b>6</b>	O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências:
<b>7</b>	Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências:
<b>8</b>	Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados: a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços; b) horário de funcionamento; c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos. <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>9</b>	Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores? ( X ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>10</b>	As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos? ( X ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>11</b>	Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? ( X ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>12</b>	O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispondo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização? ( X ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>13</b>	As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação? ( X ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>14</b>	Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório? ( X ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO</b>	
<b>15</b>	O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)? ( X ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>16</b>	Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos? ( X ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>17</b>	A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? ( X ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>18</b>	Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? ( X ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>19</b>	Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? ( X ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>20</b>	O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? ( X ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>21</b>	As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? ( X ) SIM    (   ) NÃO  Observações/Providências:
<b>22</b>	É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? ( X ) SIM    (   ) NÃO  Observações/Providências:
<b>23</b>	O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? ( X ) SIM    (   ) NÃO  Observações/Providências:
<b>24</b>	São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? ( X ) SIM    (   ) NÃO  Observações/Providências:
<b>25</b>	As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? ( X ) SIM    (   ) NÃO  Observações/Providências:
<b>26</b>	A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 149/2023 - arts. 42 a 51, e arts. 185 a 193) ? ( X ) SIM    (   ) NÃO  Observações/Providências:
<b>27</b>	Existem práticas viciosas a serem coibidas? (   ) SIM    ( X ) NÃO  Observações/Providências:
<b>DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO</b>	
<b>28</b>	Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? ( X ) SIM    (   ) NÃO  Observações/Providências:
<b>29</b>	Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? (   ) SIM    ( X ) NÃO  Observações/Providências:
<b>30</b>	Adoção de sistemas de cópias de segurança, “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? ( X ) SIM    (   ) NÃO  Observações/Providências:
<b>31</b>	Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? ( X ) SIM    (   ) NÃO  Observações/Providências:
<b>32</b>	Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? ( X ) SIM    (   ) NÃO  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>33</b>	Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>34</b>	Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 149/2023, art.185, I)? ( ) SIM (x) NÃO  Observações/Providências:
<b>35</b>	Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, II)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8º do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? ( X ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>36</b>	Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, III)? ( X ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências:
<b>37</b>	O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? ( X ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>38</b>	O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? ( X ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>39</b>	A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu ofício, conforme determina o Provimento n.º 149/2023 (art. 149) do CNJ? ( X ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>40</b>	A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos) ( ) SIM ( x ) NÃO  Observações/Providências:
<b>DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS</b>	
<b>41</b>	A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema) ( X ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>42</b>	Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência) (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>43</b>	<p>Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital?</p> <p>(Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento).</p> <p><input type="checkbox"/> SIM    <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>44</b>	<p>No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código do Código de Normas)?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>45</b>	<p>Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>46</b>	<p>Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>47</b>	<p>A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>48</b>	<p>A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ)</p> <p><input type="checkbox"/> SIM    <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>49</b>	<p>Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>50</b>	<p>A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>51</b>	<p>A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>52</b>	<p>Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total).</p> <p><input type="checkbox"/> SIM    <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>CERTIDÕES NEGATIVAS</b>	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>53</b>	Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI? ( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO    ( <input type="checkbox"/> ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências:
<b>54</b>	Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>55</b>	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>56</b>	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>57</b>	Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) , comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>58</b>	Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>59</b>	Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>60</b>	Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>61</b>	Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO    ( <input type="checkbox"/> ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências: Apresentada em correição a regularidade dos encaminhamentos.
<b>PROVIMENTO Nº 149/2023 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA</b>	
<b>62</b>	O notário ou registrador implantou políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, bem como informou os dados do oficial de cumprimento no Sistema Justiça Aberta? (CNJ, Provimento 149/2023, art. 144) ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO    ( <input type="checkbox"/> ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>63</b>	<p>Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 151, caput) ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>64</b>	<p>O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 153) ( ) SIM    (x) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>65</b>	<p>O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 178) (X) SIM    ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>66</b>	<p>O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art.145, caput) (X) SIM    ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>67</b>	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 1º do Prov. n. 149/2023, CNJ ? ( X ) SIM    ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>68</b>	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 2º do Prov. n. 149/2023, CNJ? ( X ) SIM    ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ART. 206 DO PROV. CNJ 149/2023)</b>	
<b>69</b>	<p>A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

70

Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe?

- classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre)  
 classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre)  
 classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre)

OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça

Possui rede elétrica devidamente aterrada?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos?

- SIM  NÃO

Observação:

Link de comunicação de dados megabits:\*

- 2 Megabits  5 Megabits  10 Megabits  Mais de 10 Megabits

Observação: **650 mb.**

Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui dispositivo de armazenamento (storage):

- inexistente  físico  virtual

Observação:

PosSui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui impressoras e scanners (multifuncionais)?

- SIM  NÃO

Quantos? (especificar)

Observação:

Possui switch para a conexão de equipamentos internos?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui roteador para controlar conexões internas e externas?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui softwares licenciados para uso comercial?

- SIM  NÃO. Especificar

Observação:

Possui software antivírus e antissequestro?

- SIM  NÃO

Observação: KASPERSKY.

Possui firewall?

- SIM  NÃO

Observação: COREOPS

Possui proxy?

- SIM  NÃO

Observação: COREOPS



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

	Possui banco de dados? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observação:  Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte?
<b>PROVIMENTO CNJ 149/2023 E CGJ N° 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - LGPD</b>	
71	A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
72	A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: sim, tendo sido dado amplo conhecimento aos colaboradores. Houve treinamento de todos os colaboradores.
73	A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (art. 84, I e art. 88 do Provimento CNJ 149/2023)? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
74	A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
75	A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>PROVIMENTO CNJ 149/2023 – CNJ (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)</b>	
76	A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023) <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>TÓPICO DE ENCERRAMENTO</b>	
78	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – TABELIONATO DE NOTAS**

<b>TABELIONATO DE NOTAS</b>	
<b>1</b>	A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor? ( X ) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>2</b>	Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86? ( X ) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>3</b>	Mantém fichário de cartões de autógrafo? ( X ) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>4</b>	No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura? ( X ) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>5</b>	É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco? ( X ) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>6</b>	Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito? ( X ) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>7</b>	O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação? ( X ) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>8</b>	Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)? ( X ) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>9</b>	A Serventia já está integrada no Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 149/2023-CNJ? ( X ) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>10</b>	<p>A Serventia já instituiu a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 295 do Provimento 149/2023-CNJ?</p> <p>( X ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>11</b>	<p>Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subsequente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 149/2023 e nº 56/2016 do CNJ?</p> <p>( X ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>12</b>	<p>Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que pratiquem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica?</p> <p>( X ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>13</b>	<p>O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes do Capítulo XII do CN (Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRM/CJCI)?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>14</b>	<p>O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 149/2023-CNJ)</p> <p>( X ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>15</b>	<p>Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil,</p> <p>( X ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>16</b>	<p>O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 167, § 3º)</p> <p>( X ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>17</b>	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e procurações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 149/2023)</p> <p>( ) SIM    ( X ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>18</b>	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 149/2023)</p> <p>( ) SIM    ( X ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>19</b>	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício?</p> <p>( X ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>20</b>	Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74? ( ) SIM ( X ) NÃO Observações/Providências:
<b>21</b>	É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? ( X ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências: 4 ha.
<b>22</b>	É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? ( X ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>23</b>	Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ? ( X ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>24</b>	A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados? ( X ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>25</b>	Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014) 08/03/2024 diariamente em cada ato Observações/Providências: 14/03/2024.
<b>26</b>	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição realizada anterior? ( X ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - TABELIONATO DE PROTESTOS**

<b>TABELIONATO DO PROTESTO DE TÍTULOS</b>	
<b>1</b>	Os títulos e documentos de dívida recepcionados, apresentados ou distribuídos no horário regulamentar são protocolizados dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, obedecendo à ordem cronológica da entrega (art. 8º da Lei 94374/97)? ( X ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>2</b>	Os protestos são registrados no prazo legal, sendo o respectivo instrumento entregue ao apresentante com as informações exigidas pelo art. 20 da Lei 9437/97? ( X ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>3</b>	<p>As importâncias referentes a títulos resgatados são imediatamente entregues a quem de direito (1º dia útil subsequente ao pagamento)? ( X ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>4</b>	<p>O registro do protesto e seu instrumento contêm todos os requisitos legais, consoante o disposto no art. 22 da Lei Federal 9.492/97? ( X ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>5</b>	<p>Os documentos que instruem os atos praticados são mantidos em arquivo, consoante o disposto no art. 35 da Lei Federal 9.492/97? ( X ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>6</b>	<p>O Livro de Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações previstas no art. 32 da Lei Federal 9.492/97? ( X ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>7</b>	<p>A escrituração do livro de Protocolo é encerrada diariamente, constando do termo de encerramento o número de documentos apresentados no dia, sendo a data da protocolização a mesma do termo diário do encerramento, consoante o disposto no art. 32, parágrafo único, da Lei Federal 9.492/97? ( X ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>8</b>	<p>O Livro de Registros de Protestos existe (na forma física ou por meio eletrônico, art. 35, §2º, da Lei Federal 9.492/97) e sua escrituração está formalmente regular? ( X ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>9</b>	<p>É exigido o reconhecimento de firma nas declarações de anuência para cancelamentos de registro de protesto, conforme o disposto no art. 26, §1º, da Lei Federal 9.492/97? ( X ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>10</b>	<p>Os cancelamentos de registro de protesto encontram-se devidamente assinados pelo Tabelião Titular, seus Substitutos ou Escreventes Autorizados, conforme art. 26, §5º, da Lei Federal 9.492/97? ( X ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>11</b>	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração dos índices a que se refere o art. 34 da Lei Federal 9.492/97, podendo ser elaborados pelo sistema de fichas, microfichas ou banco eletrônico de dados? ( X ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>12</b>	<p>A localização dos registros de protestos e seu cancelamento nos índices são feitos de forma rápida e confiável? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>13</b>	<p>As intimações são feitas de modo que o recebimento fique assegurado e comprovado por meio de protocolo, aviso de recebimento – AR ou documento equivalente? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>14</b>	<p>São mantidos devidamente arquivados os mandados judiciais de sustação de protesto, com os respectivos documentos, até o trânsito em julgado da respectiva lide? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>15</b>	<p>O tabelião cumpre o art. 179 do Prov. CNJ n. 149/2023, o qual estabelece que “Não se negará a realização de ato registral ou protesto por falta de elementos novos ou dados novos, estipulados no presente Código”? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>16</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao acesso às informações sobre quaisquer protestos válidos lavrados pelos Tabeliães de Protesto de Títulos dos Estados ou do Distrito Federal? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>17</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à consulta gratuita às informações indicativas da existência ou inexistência de protesto, respectivos tabelionatos e valor? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>18</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de informação complementar acerca da existência de protesto e sobre dados ou elementos do registro, quando o interessado dispensar a certidão? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>19</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de instrumentos de protesto em meio eletrônico? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>20</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de declaração eletrônica de anuência para fins de cancelamento de protesto? CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>21</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de requerimento eletrônico de cancelamento de protesto? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>22</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de títulos e documentos de dívida, em meio eletrônico, para fins de protesto, encaminhados por órgãos do Poder Judiciário, procuradorias, advogados e apresentantes cadastrados? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>23</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de pedidos de certidão de protesto e de cancelamento e disponibilização da certidão eletrônica? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>24</b>	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:

**OBSERVAÇÕES/PROVIDÊNCIAS:**

A Correição Ordinária realizada presencialmente pela Corregedoria-Geral de Justiça no Cartório do 1º Ofício de Tabelionato de Notas e de Protesto de Títulos de Redenção (CSN 14.330-5), ocorreu no dia 14 de março de 2024.

A serventia encontra-se provida, tem como Oficial Registrador/Tabelião o Sr. Marcus Vinicius Pinto Santos e possui as atribuições de Tabelionato de Notas e Protesto de Título.

A serventia atende o público externo das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 17:00.

Foi apresentado Livro de Empregados, no qual consta 14 colaboradores contratados.

Durante a correição, vislumbrou-se a necessidade de criação de pasta individualizada para cada colaborador contratado, contendo a respectiva documentação admissional. Assim como, a necessidade de expedição de portaria, designando o Tabelião Substituto.

A serventia possui 07 Escreventes Autorizados, conforme relação em anexo.

A serventia encontra-se identificada. Na fachada do prédio, constam os dias e horários de funcionamento, os números telefônicos, bem como a discriminação das atribuições.

A serventia funciona no mesmo imóvel desde 2009. O prédio é alugado, disponibiliza rampa de acesso às pessoas com necessidades especiais, possui um amplo salão e um mezanino que permite ao



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Tabelião ter uma visão geral de toda área. A nova sede da serventia com área de 400m<sup>2</sup> encontra-se em fase final de construção.

Foi apresentado Alvará de Funcionamento do prédio do Corpo de Bombeiros, bem como o comprovante de pagamento do Alvará de Funcionamento da Prefeitura.

A serventia distribuiu senhas manuais, as preferências legais são identificadas pelo funcionário do serviço.

O arquivo da serventia é pequeno, sem ventilação, com material espalhado pelo chão, as caixas encontram-se amontoadas, divide o espaço com equipamentos eletrônicos, aparentando desorganização. Com a mudança de prédio, que ocorrerá em breve, a situação será solucionada.

A Tabela de Emolumentos encontra-se fixada no quadro de avisos, em local de fácil leitura e acesso ao público.

O Delegatário ainda não suscitou dúvida, mas conhece o procedimento.

A empresa COREOPS é responsável por fazer o backup em nuvem, o qual é feito a cada 30 minutos. O servidor faz 03 backups diários. O backup físico é feito em HD externo, todo final do dia.

Por ocasião da correição, o Sr. Tabelião asseverou observar ao princípio da territorialidade, porém tem conhecimento que pessoas oferecem serviços de outras serventias na comarca, sem, contudo, especificar melhor os fatos. Sendo assim, havendo provas, deve o Sr. Delegatário formalizar a questão perante a Corregedoria Geral de Justiça para adoção das providências cabíveis.

Realizada consulta no Livro Diário Auxiliar de Receita e de Despesa, verificou-se que a escrituração permite a identificação do ato, pois é informado o número do selo, livro e folha.

O Livro de Controle de Depósito Prévio encontra-se apenas em formato eletrônico.

A serventia ainda não possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais, eis que o Livros de Notas advindos do Cartório Moacir Pantaleão não se encontram digitalizados.

Feita a análise, por amostragem, nos atos praticados na serventia, verificou-se que consta apenas informações escritas do selo, sem a imagem do QRCode. O Titular do serviço foi orientado a adotar tal providência imediatamente.

Os atos selados não estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões ao sistema de informação do TJPA, a remessa é feita a cada 10 minutos, ao contrário do que dispõe o art. 156 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará.

De acordo com o Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação Extrajudicial, a serventia possui pendências com relação à prestação de contas dos selos de segurança relativos ao período de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

05/2018 a 02/2024, a questão já está sendo tratada junto ao setor competente do TJPA, conforme PA-MEM-2023/69256 e PA-MEM-2023/14518.

Durante a correição, foram apresentados os seguintes documentos:

- 1- Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF da Delegatária e pelo CNPJ da serventia;
- 2- Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF da Delegatária e pelo CNPJ da serventia;
- 3- Cópia da última GPS (Guia de Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS);
- 4- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da serventia;
- 5- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF pelo CEI da Delegatária e pelo CNPJ da serventia;
- 6- Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF da Delegatária e pelo CNPJ da serventia;
- 7- Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses.

Em relação ao Provimento n. 149/2023 – CNJ concernente à implantação de políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, o Delegatário indicou o Tabelião Substituto, bem como o funcionário Lázaro, como Oficiais de Cumprimento.

Assim como, assegurou que havendo indícios de prática de crime dessa espécie é feita a devida comunicação ao COAF. Não obstante, foi orientado a sempre preencher o campo observações para pormenorizar o motivo da comunicação, não bastando apenas informar os códigos do sistema.

O Sr. Tabelião foi orientado a comunicar este Órgão Correcional sobre a existência ou inexistência de operações ou prosposta passíveis de comunicação ao COAF, no prazo previsto no art. 153 do Provimento n. 149/2023-CNJ, independentemente da comunicação feita ao COAF.

O Delegatário afirmou não ter recebido qualquer requisição do COAF e do CNJ referente ao assunto.

Tendo, ainda, garantido que mantém cadastro das pessoas físicas e jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores nos atos notariais protocolares e de registro de conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, §§ 1º e 2º, do Provimento 149/2023 – CNJ,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

mediante sistema informatizado.

A serventia se enquadra na Classe 03, para os fins do Provimento n. 74/2018 – CNJ.

Embora exista uma sala isolada com os servidores, outros equipamentos de informática estão espalhados pela serventia, inclusive no arquivo.

O Delegatário não soube informar se a serventia possui antissequestro.

A serventia possui 02 técnicos de informática treinados na operação do sistema e das cópias de segurança, bem como nas manutenções técnicas com suporte.

Com relação ao Provimento 149/2023 – CNJ e Provimento n. 10/2021 (Tratamento de Proteção dos Dados Pessoais – LGPD), o Tabelião Substituto é o encarregado de Proteção de Dados Pessoais.

O Tabelião afirmou que mantém em sua serventia sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, para tanto, contratou empresa especializada. Assim como, realizou treinamento dos funcionários.

A serventia disponibiliza formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações, tanto no formato digital como físico.

O Delegatário foi orientado a fixar no quadro de avisos a política de privacidade ou disponibilizar QR Code para acesso rápido do usuário.

A serventia está integrada ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos.

Quanto ao serviço de Tabelionato de Notas, a serventia utiliza o sistema ANSATA.

As certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias são arquivadas tanto no formato físico como eletrônico, ocorrendo o mesmo com relação ao fichário de cartões de autógrafo.

No reconhecimento de firma, dentre os requisitos exigidos, a serventia tem mencionado a sua espécie, ou seja, por autenticidade ou semelhança, bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível.

Feita a análise, por amostragem, no Livro n. 161-N de Escritura Pública, constatou-se a ausência de assinatura do Defensor Público (fls. 90, 96 e 131). Foi relatado que o Defensor Público comparece à serventia a cada 15 dias, quando assina todos os atos pendentes de tal providência.

Feita a análise, por amostragem, no Livro n. 160-N de Escritura Pública, verificou-se que o Tabelião ou seu Substituto, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Em observância ao art. 87, § 2º, do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, os livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação, cito como exemplo, Livro Substabelecimento n. 004-S e Livro de Procuração n. 162-P.

Observou-se que a serventia utiliza folha de papel A4, sendo recomendável a utilização de papel de gramatura compatível com a perinidade dos atos notariais.

A serventia já está integrada no Sistema de Atos Notariais Eletrônicos – e-Notariado, bem como possui matrícula notarial eletrônica, consoante os termos do Provimento n. 149/123 – CNJ.

Realizada consulta, por amostragem, utilizando o CPF do tomador de serviço da serventia, constatou-se que o Tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, os dados para alimentação ou atualização das informações que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado, em observância ao Provimento n. 149/123 – CNJ.

Em consulta à Central Eletrônica Notarial de Serviços Compartilhados – CENSEC, não se vislumbrou a existência de pendências.

Os casos de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo são comprovados mediante apresentação de certidão do órgão competente.

Quanto ao serviço de Tabelionato de Protesto, a serventia utiliza o sistema Ideia Consultoria e Informática.

Feita a análise, por amostragem, no Livro Protocolo de Títulos n. 30, verificou-se que possui todas as colunas destinadas às anotações previstas no art. 32 da Lei n. 9.492/1997.

Assim como, verificou-se que o protocolo é encerrado diariamente, sendo mencionado o número de apontamento feitos no dia.

O Livro de Registro de Protesto existe tanto no formato eletrônico como físico.

Os documentos que instruem os atos praticados são mantido em arquivo digital.

A escrituração dos índices a que se refere o art. 34 da Lei Federal n. 9.492/1997 é feita em sistema. Os registros são localizados por nome, CNPJ ou CPF do cedente, inclusive a pesquisa pode ser feita tendo como parâmetro todos os títulos apresentados, ou somente os títulos abertos.

As intimações são feitas pessoalmente, cujo comprovante de recebimento são juntados em sistema e também arquivados fisicamente. As intimações realizadas fora do município de Redenção são feitas através dos correios, sendo o AR arquivado na serventia da mesma forma que as intimações pessoais.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Os mandados judiciais de sustação de protesto e respectivos documentos são mantidos em arquivo físico.

Em consulta à CENPROT Nacional e Estadual, não se constatou a existência de pendências.

Em face do exposto, vislumbro a necessidade da adoção das seguintes providências:

**RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES:**

- 01.** Criar pasta individualizada para cada colaborador, na qual deve conter a respectiva documentação admissional (item 03). **PRAZO: 30 DIAS.**
- 02.** Comunicar à Corregedoria Geral de Justiça quando ocorrer a mudança de prédio da serventia, encaminhando fotos do novo arquivo e da organização dos livros e documentos (item 10). **PRAZO: ASSIM QUE OCORRER.**
- 03.** Automatizar a distribuição de senhas. As preferências legais devem ser distribuídas por atribuição (item 19). **PRAZO: 15 DIAS.**
- 04.** Especificar as atribuições na fachada do prédio (item 08). **PRAZO: 60 DIAS.**
- 05.** Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Correccional, a fim de promover o registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais, para tanto, deve fazer o levantamento da quantidade de atos pendentes de tal providência e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 39). **PRAZO: 60 DIAS.**
- 06.** Inserir QR Code no final dos atos de notas (item 43). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 07.** Passar a enviar imediatamente ao sistema de informação do TJPA os atos selados após suas conclusões, em cumprimento ao disposto no art. 156 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará (item 46). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 08.** Regularizar as pendências descritas no Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação Extrajudicial (item 47). **PRAZO: 60 DIAS.**
- 09.** Quando da comunicação ao COAF sobre indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento ao terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, detalhar no campo observação o motivo da comunicação, não sendo suficiente apenas fazer uso dos códigos do sistema (item 63). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 10.** Comunicar à Corregedoria Geral de Justiça sobre a inexistência ou existência de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao COAF, no período estipulado no art. 153 do Provimento n. 149/2023-CNJ (item 64). **PRAZO: IMEDIATO.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**11.** Providenciar a aquisição de antissequestro, bem como reunir o equipamento de informática, de forma que fiquem em uma única sala, em atendimento às normas do CNJ.

**12.** Fixar no quadro de avisos da serventia a política de privacidade relativa à Lei de Proteção de Dados ou disponibilizar QR Code para acesso rápido do usuário (item 74). **PRAZO: 30 DIAS.**

**RELATÓRIO DE TABELIONATO DE NOTAS:**

**01.** Utilizar folhas com gramatura compatível com a perenidade dos atos notariais (item 08). **PRAZO: IMEDIATO.**

**- DOCUMENTOS EM ANEXO:**

Anexo I – Nomeação do Tabelião

Anexo II – Nomeação dos Escreventes.

Anexo III – Certificado de Licenciamento de Bombeiros.

Anexo IV – Certidão das Fazendas Municipal, Estadual e Federal, Certidão Trabalhista, Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

Anexo V – Guia de Recolhimento do FGTS.

Anexo VI – Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação dos Serviços Extrajudiciais.

Belém, data da assinatura eletrônica.

**LUCIO BARRETO**  
**GUERREIRO:8176**

Assinado de forma digital por  
LUCIO BARRETO GUERREIRO:8176  
Dados: 2024.08.06 12:43:51 -03'00'

**LÚCIO BARRETO GUERREIRO**

*Juiz Corregedor da CGJ*

MONICA CRISTINA DE  
AZEVEDO  
HONDA:57778698234

Assinado de forma digital por  
MONICA CRISTINA DE AZEVEDO  
HONDA:57778698234  
Dados: 2024.08.23 09:09:00 -03'00'

**MÔNICA CRISTINA DE A. HONDA**

*Assessora Jurídica da CGJ*